

EDUCAÇÃO EM DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS: DESLOCAMENTOS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO RIO DE JANEIRO

Jimena de Garay Hernández¹
Patricia Castro de Oliveira e Silva²
Luisa Bertrami D'Angelo³

Resumo: O presente texto propõe, a partir de uma pesquisa-intervenção sobre gênero e sexualidade realizada de 2014 a 2017 no Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro, a análise de alguns deslocamentos que surgiram nas atividades realizadas, sendo estas de cunho pedagógico, crítico e reflexivo, tanto com jovens privados de liberdade quanto com profissionais e gestores. A partir da perspectiva dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, nossas ações buscaram desestabilizar noções e relações cristalizadas no cotidiano do Sistema, ao mesmo tempo em que se empenharam em criar parcerias e potencializar a garantia de direitos imbricados no projeto de socioeducação.

Palavras-chave: Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Sistema Socioeducativo; Educação; Cartografia

EDUCACIÓN EN DERECHOS SEXUALES Y DERECHOS REPRODUCTIVOS: DESPLAZAMIENTOS EN EL SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DEL RÍO DE JANEIRO

Resumen: El presente texto propone, a partir de una investigación-intervención sobre género y sexualidad realizada del 2014 al 2017 en el Sistema Socioeducativo de Río de Janeiro, algunos desplazamientos que surgieron en las actividades realizadas, siendo estas de cunho pedagógico, crítico y reflexivo, tanto con jovens privados/as de liberdade, como con profesionales y gestores. A partir de la perspectiva de Derechos Sexuales y Derechos Reprodutivos, nuestras acciones buscaron desestabilizar nociones y relaciones cristalizadas en la cotidianidad del Sistema, al mismo tiempo en el que se empeñaron en crear colaboraciones y potencializar la garantía de los derechos imbricada en el proyecto de socioeducación.

Palabras clave: Derechos Sexuales y Derechos Reprodutivos; Sistema Socioeducativo; Educación; Cartografía

Introdução

O presente trabalho pretende abordar reflexões provindas de uma pesquisa-intervenção sobre gênero e sexualidade realizada em unidades do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro (Degase), especialmente no que tange às potencialidades e

¹ Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Adjunta do Instituto de Psicologia da UERJ. Pesquisadora do GEPSID - Grupo de Estudos e Pesquisas Subjetividades e Instituições em Dobras. E-mail: jime_degaray@hotmail.com

² Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestrado e Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social realizados no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, é professora colaboradora e pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (PPGPS) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: patriciaacastropsi@gmail.com

³ Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora do GEPSID - Grupo de Estudos e Pesquisas Subjetividades e Instituições em Dobras. E-mail: luisabertrami@gmail.com

desafios de rodas de conversa, atividades e cursos voltados aos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (DSDR) desenvolvidos com gestores, profissionais de diferentes áreas e jovens em privação de liberdade.

A sexualidade na juventude em nossa sociedade é pensada, de modo geral, de maneira negativa, associada a problemas de saúde e sociais como IST/HIV/Aids, gravidez não planejadas, aborto inseguro, uso prejudicial de drogas e violência sexual. É um campo historicamente marcado pela perspectiva da tutela e não da autonomia, especialmente, quando falamos na intersecção com o campo da educação. Apesar da inclusão da educação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1997) e da sexualidade como tema transversal na área da educação, pouco avançamos nesse sentido e, no atual contexto em que as temáticas de gênero e sexualidade são centrais nas disputas legislativas e políticas a nível federal, estadual e municipal, corremos o risco, inclusive, de retrocessos em relação às conquistas duramente alcançadas nos últimos anos no campo de intersecção entre os DSDR e a educação.

Pensar os DSDR enquanto Direitos Humanos (DH) é trazer uma perspectiva fortalecedora da cidadania juvenil pensando a sexualidade enquanto uma dimensão indivisível da pessoa, propulsora da autonomia e do processo de formação psicossocial das/os jovens, e ainda, dar ênfase à perspectiva da vivência da sexualidade descolada da reprodução e da patologia (LEITE, 2012). Igualmente entendemos que a universalidade dos DSDR deve ser discutida pelo prisma da titularidade dos DH, contrapondo-se ao entendimento equivocado de que essa discussão refere-se apenas às mulheres e/ou à população LGBT. No caso do nosso universo de pesquisa é comum se observar a percepção de que não são titulares destes direitos os/as jovens que encontram-se cumprindo medidas socioeducativas, tanto por achar que esses direitos não dizem nada sobre eles/as, quanto por eles/as não serem percebidos/as como sujeitos de direito e por estarem tutelados/as pelo Estado.

Podemos dizer que os DSDR são a materialização do gênero e da sexualidade na agenda política dos DH e que, tendo começado a ser tecidos na arena política com a atuação dos movimentos feministas e gays, mais fortemente nos anos 90, estão em constante processo de construção, promoção e defesa (LEITE, 2012; NUNES, 2018). No Brasil, pensar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos nos remete à década de 90 com a promulgação da Lei nº 8.069/1990 (BRASIL, 1990), e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Abdalla (2016) pontua que o ECA consagra para a socioeducação o princípio do “incompleto institucional”, colocando a instituição de privação de liberdade numa situação de dependência em relação a outras instituições da rede intersetorial de atenção ao/à jovem para a garantia de atenção integral. Ademais, o princípio de incompletude institucional também instaura

o de “incompleto profissional” (ABDALLA, 2016, p.28), ratificando a necessidade das construções coletivas para pensar a socioeducação para além das estruturas da unidade de privação de liberdade, seu corpo técnico e de agentes socioeducativos/as e mesmo os/as jovens, ampliando parcerias, inclusive estabelecidas através desta pesquisa-intervenção que viabilizou a experiência dos cursos e atividades que serão abordados aqui.

No entanto, ainda que o ECA seja um instrumento importante de transformação, tem sido extremamente difícil desconstruir o racismo, o classismo, o machismo, o adultocentrismo e a heteronormatividade nas/das práticas institucionais do Sistema Socioeducativo, pois esses atravessamentos fazem parte de um processo histórico e da manutenção da desigualdade nos nossos dias – ainda que, no atual discurso institucional, o Sistema esteja passando por uma mudança de paradigma que privilegiaria a responsabilização à punição. Ocorre que há uma tensão irreconciliável entre punição e educação que atravessa as práticas possíveis neste contexto e, mais do que resolver esta tensão, é necessário pensar de que maneiras ela se sustenta e se atualiza na produção de práticas que sejam capazes de, levando em conta os efeitos desta tensão, encontrar brechas possíveis para uma socioeducação comprometida com o ECA e com a perspectiva dos DH.

Na dinâmica de privação de liberdade, as normas da disciplinarização dos corpos (FOUCAULT, 2009) coexistem com os mecanismos de controle contínuo (DELEUZE, 2008) na medida em que estão conjugadas a “função disciplinar” e a “diminuição do risco” (SEFFNER; PASSOS, 2016), condensadas na noção de *segurança* tão acionada na gestão de instituições de privação de liberdade (D’ANGELO, 2017). Nessa dinâmica, sexualidade e gênero são dispositivos de controle e de disciplina e produtores de subjetivação nas unidades de internação do Degase, em uma lógica na qual a privação de liberdade implica em uma privação de desejo. Neste sentido, um discurso frequente no Degase é o de que os DSDR constituem uma espécie de direitos secundários, frente a outros considerados mais básicos, especialmente em decorrência das condições de hiperlotação e de violência que atravessam o cotidiano institucional (D’ANGELO e DE GARAY HERNÁNDEZ, 2017).

Acreditamos que seja por isso que mais do que invisíveis, os temas gênero e sexualidade encontram-se entre as disputas de regimes de visibilidade que, respaldados e promovidos por legislações como o ECA, acionam a sexualidade e o gênero como parte do campo dos direitos e regimes de invisibilidade que designam a ambos um estatuto de menor relevância frente a outros direitos que estariam concorrendo, de certa forma, com eles. Foi justamente a percepção de que somente é possível trabalhar com gênero e sexualidade na socioeducação considerando as forças que, de todos os lados, dobram e desdobram o gênero e a sexualidade que nos motivou, durante a

pesquisa-intervenção, propor a construção coletiva e a realização de atividades de cunho pedagógico, crítico e reflexivo a serem realizadas com jovens que estão/estavam cumprindo medida de privação de liberdade, com gestores/as e com profissionais do Degase, tendo como referencial a perspectiva de DSDR como DH. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é discutir alguns deslocamentos produzidos nesse processo.

Metodologia

O vínculo da equipe de pesquisa com o Degase começou em 2014, justamente a partir de convites para ministrar cursos e atividades de educação continuada na temática de gênero e sexualidade oferecidos pela Escola de Gestão Socioeducativa (ESGSE) e voltados para o quadro de profissionais da instituição. Em 2015, a partir desta aproximação, teve início a pesquisa “Sexualidade e Adolescência na Contemporaneidade”, realizada até 2017, com o intuito de construir outras linhas de diálogo e troca com a instituição.

A pesquisa se caracterizou como uma pesquisa-intervenção e uma cartografia (KASTRUP e PASSOS, 2013) sobre gênero, sexualidade, juventude e privação de liberdade, desenvolvida em três unidades de internação do Degase; duas masculinas e uma (a única) feminina. Nesse contexto, foram realizadas entrevistas em grupo e individuais com 68 jovens mulheres, 193 jovens homens e aproximadamente 250 profissionais, considerando aqueles/as que participaram de cursos, oficinas, rodas de conversas e entrevistas nas unidades, na ESGSE e nos eventos do Degase. Durante as atividades, foram utilizados recursos como fotografias, músicas, vídeos, elaboração de desenhos de corpos e árvores genealógicas, dentre outros, como disparadores para atividades em grupo.

Pensando a cartografia e a pesquisa-intervenção como mais do que a coleta de dados (PASSOS e KASTRUP, 2013), foram oferecidos dois cursos para profissionais sobre gênero e sexualidade na ESGSE. Igualmente, em uma das unidades masculinas, foram oferecidos dois cursos de extensão para profissionais, incluindo todos os segmentos: diretores, equipes técnicas, agentes socioeducativos/as, docentes da escola que se encontram dentro da unidade e o pessoal administrativo, buscando desdobrar em ações com os jovens. O segundo curso visava desenvolver um trabalho concreto de implementação do uso de camisinha na unidade, a partir de demandas da unidade - trabalho este realizado junto a profissionais das equipes técnicas e de segurança. Nele, articulamos a participação de algumas profissionais da Secretaria Estadual de Saúde (SES), momento propício para partilhar experiências e fazer demandas de serviços. Também realizamos dois encontros de planejamento de estratégias de disponibilização dos preservativos, nos quais

convidamos um grupo de jovens, inseridos em um projeto de jovens multiplicadores de saúde desenvolvido por técnicas da unidade.

Além disso, a equipe de pesquisa participou dos Seminários de Operadores do Degase com comunicações orais e apresentou os resultados da pesquisa em um colóquio específico, também para profissionais de diferentes áreas e unidades na ESGSE.

Nos cursos da ESGSE, e na referida unidade masculina, investimos em metodologias participativas que partissem das experiências cotidianas e dos conhecimentos das/os profissionais e dos jovens que participaram, com o intuito de construir atividades de maneira colaborativa e levando em conta os conhecimentos e demandas daqueles/as que se encontram “na ponta” do trabalho socioeducativo. Buscando trazer para a discussão os resultados de nossa pesquisa, trabalhamos com trechos de entrevistas individuais e grupais, fazendo uma análise colaborativa do material de campo e buscando construir, com eles/as, respostas práticas e efetivas acerca das questões apresentadas tanto no decorrer das entrevistas quanto nas demandas surgidas nos próprios cursos.

Também procuramos facilitar o planejamento de ações que movimentassem seus saberes e práticas, incentivando o protagonismo das pessoas e acompanhando esses movimentos com o intuito de, a partir das nossas experiências de pesquisa, somar às experiências profissionais e diárias de cada um/a, bem como pensar os achados da pesquisa a partir daquilo que eles/as traziam enquanto análise. Deste modo, nos últimos dois encontros do curso realizado na unidade de internação masculina, os/as participantes tiveram a oportunidade de se debruçarem sobre potencialidades e desafios para a efetiva implantação da distribuição e do uso do preservativo na unidade. O trabalho foi desenvolvido com um grupo de profissionais e teve a participação da direção e de jovens que puderam refletir sobre as melhores estratégias e principais impasses para que o uso do preservativo se tornasse uma política institucional.

Ao longo dos cursos nesta unidade, a partir da demanda dos/as profissionais que solicitavam leituras, informações, materiais e métodos de trabalho com os jovens sobre os temas que eram abordados, foram providenciados elementos de forma sistematizada, objetivando que os/as participantes se tornassem multiplicadores/as nessas temáticas, a partir de uma proposta formativa e reconhecida academicamente. A ideia era utilizar metodologias de grupo durante os cursos para que os/as profissionais pudessem, futuramente, usar estas mesmas metodologias em suas atividades e ações cotidianas junto aos jovens. Desse modo, exercitamos um pesquisar “com” e não “sobre”; esse movimento implica habitar um território existencial e em sair “da posição de protagonista que descreve categorias psicológicas ou psicologizantes de um determinado local para provocá-lo a estar engajado como mais um elemento que irá compor e conjugar forças em

um plano comum” (BICALHO; ROSSOTTI; REISENHOFFER, 2016, p.92). Como compromisso com as demandas e a partir dos relatos de experiência das/os profissionais, nosso intuito foi construir coletivamente possibilidades de ação que, por um lado, levassem em conta as dificuldades vividas por elas/es no cotidiano institucional, e, por outro, produzissem alguns deslocamentos que tornassem possível ver além destas dificuldades.

Ao tentar descentralizar as nossas aproximações, foi importante não observar os segmentos de profissionais e os grupos de jovens como homogêneos e, nesse sentido, criar coalizões, comunicações e empatias com e entre eles/as. Assim, gerávamos certas tensões, mas dissipávamos outras. Foi importante compreender o que estávamos acionando e agenciando a partir do nosso lugar: sendo pessoas de fora, numa referência a sermos pesquisadoras/es e não profissionais da instituição, experienciamos momentos de potência e de fragilidade.

É importante considerar a inquietação que contribuiu para as nossas pesquisas nessas instituições-estabelecimentos a partir da percepção de profissionais e jovens de que nos disseram: *“aqui somos muito estudados, muito observados, mas até agora só uma pessoa nos deu retorno, ou que a universidade vem, taca fogo na revolução, porque aqui tem um terreno fértil para fazer isso, e depois mete o pé.”* Assim, nossa condição de *de fora* nos colocava, eventualmente, no lugar de quem não sabe como é o dia-a-dia da unidade e, portanto, não seria capaz de propor caminhos coletivos de mudança, mas em outros momentos, percebemos que nossa presença se mostrava também muito potente para o estabelecimento de parcerias e relações de confiança com as/os profissionais.

Algumas/alguns dessas/es profissionais apontavam, desde o início da pesquisa, ser *“difícil resistir aqui dentro”* ou que *“tem muito sofrimento”* e relatavam suas percepções a respeito da relação do gênero e da sexualidade com outras vivências no estabelecimento, evidenciando que o debate sobre esses temas já estava presente antes da nossa equipe chegar. Apesar de serem considerados secundários ou etéreos, estavam, ao mesmo tempo, *borbulhando* não só nos jovens mas no próprio cotidiano institucional. Assim, nossa presença no campo possibilitou pensar o gênero e a sexualidade sob outros contornos, potencializando iniciativas que já estavam de alguma forma se desdobrando e levantando discussões a respeito da relevância desse atravessamento no trabalho socioeducativo.

A cartografia, como método de pesquisa-intervenção, é constituída pelo devir, pelo movimento, pela atenção, pela busca de irregularidades e surpresas que produzem o mundo (LEITE, 2014; BENET; MERHY; PLA, 2016). É por isso que é justamente a partir do processo metodológico da cartografia que nos vemos instigadas a pensar nas movimentações e deslocamentos produzidos nas ações/processos educativos operacionalizados, que visaram pensar

gênero e sexualidade enquanto organizadores das vidas dos/as jovens nas permeabilidades entre “dentro” e “fora” das unidades socioeducativas e, portanto, potencializar práticas que enxerguem os DSDR enquanto eixos centrais na socioeducação.

Resultados e Discussão

Deslocamento 1: a chegada

Na unidade masculina, o tema de nossa pesquisa foi inicialmente apresentado às/aos profissionais como sendo referente à “saúde sexual” ou, até de maneira mais restrita, sendo sobre ISTs. Esta é, predominantemente, a abordagem que a unidade e o Sistema Socioeducativo como um todo costuma fazer da sexualidade, como foi apontado pelos jovens, no momento em que perguntamos se já tinham discutido esse tema naquele espaço, e por profissionais, que em várias ocasiões citaram esforços importantes realizados nesse sentido. A partir daquele momento, embora compreendendo que de fato a saúde sexual – na verdade, as dificuldades para sua garantia – era um problema importante nessa e em outras unidades e que existia um desconhecimento profundo de muitas questões não só por parte de muitos jovens, mas também por parte de alguns/as profissionais, percebemos que seria um desafio propor uma abordagem mais ampla da sexualidade, considerando também relações de poder, práticas, prazeres, normas e direitos. Ainda assim, muitas vezes, foi a temática da saúde sexual que nos ofereceu uma porta de entrada, como nos momentos em que epidemias de ISTs eram identificadas nas unidades e pressionavam a discussão sobre a distribuição de preservativos.

Um desafio com o qual nos deparamos nas unidades masculinas foi a percepção, por parte das/os profissionais, de que os jovens não falariam sobre sexualidade com as pesquisadoras da equipe. Durante as primeiras reuniões realizadas para tratarmos da pesquisa, fomos informadas de que os jovens não falavam sobre essa temática com as técnicas ou professoras, argumentando que não o fariam por elas serem mulheres, de modo que apenas os profissionais homens tinham condições de abordar a temática da sexualidade durante os atendimentos e atividades. No entanto, bancando nossa escolha metodológica como uma postura política, decidimos apostar na possibilidade de o encontro com os jovens permitir esta discussão e nos surpreendemos, pois não apenas um grande quantitativo de jovens se interessou em participar das nossas atividades como eles também falaram sobre sexualidade, ainda que com variações de aberturas para o tema.

A fluidez dessas conversas era distinta em cada grupo e entrevista, o que não dependia tanto ou somente do apego às normas do tráfico que, a princípio, ditariam que é desrespeitoso falar disso com mulheres, mas falar em sexualidade só foi possível mediante o vínculo que

conseguíamos estabelecer com eles. Em nossos encontros, em um primeiro momento, percebemos que os jovens evitavam usar palavrões ou nomear a genitália. No entanto, alguns se mostravam mais relaxados no decorrer das conversas e falavam sobre práticas e fantasias sexuais e eróticas, nomeando a genitália ou usando expressões como *aquele lugar*, e até, algumas vezes, usando palavrões, fato seguido por um pedido de desculpa quando percebido por eles, por considerarem uma *falta de respeito*, valor altamente prezado por eles. Antônio, um jovem negro de 18 anos não só falou, mas desenhou pênis, vaginas e ânus para contar as histórias que estava construindo. Quando eles percebiam que certas vivências e códigos familiares a eles não eram partilhados por nós, nos explicavam, por vezes, rindo-se de nós, por vezes rindo conosco, mas tratando sempre com leveza e fazendo a manutenção do *respeito*.

A possibilidade de certa ruptura da barreira moral pode ter várias dimensões. Ocasionalmente, os próprios jovens assinalavam que éramos nós que havíamos abordado este tema, o que de certa forma autorizava falar nesses termos. Segundo uma profissional, também pode ter facilitado o fato de nós não estarmos *imersas na lógica institucional*, em contraposição com técnicas e professoras, e que não tínhamos nenhuma relação com as medidas socioeducativas. Ou seja, o fato de os jovens terem conhecimento de que não estávamos ali para avaliá-los e também devido a constantes ratificações de nossa parte de que nossas conversas e atividades não influenciariam no cumprimento de sua medida, nos permitia estabelecer outro tipo de dinâmica. Podemos sugerir que isso mexeu de alguma forma nas relações naturalizadas na unidade ao tensionar as pactuações internas relacionadas e marcadas por gênero e sexualidade. Assim,

É relevante refletir sobre os modos como se regulam, se normatizam e se vigiam os sujeitos de diferentes gêneros, raças e classes nas suas formas de experimentar prazeres e desejos; refletir sobre as práticas que tais sujeitos põem em ação para responder a esses desejos, as práticas que acionam para se constituírem como homens e mulheres (LOURO, 2007, p.204)

Da entrada no campo, gostaríamos de destacar a importância de um mergulho não idealizado nos encontros com os jovens e com as próprias equipes que tornaram possíveis trajetórias criativas que constituíram esse trabalho no campo da Educação em DSDR. Observamos, sim, que o fato de sermos mulheres nessa “casa dos homens”, onde a circulação das poucas mulheres presentes é reduzida e controlada, produzia relações específicas nesse encontro dos corpos, das linguagens, dos saberes. Israel, jovem negro de 18 anos, disse a uma pesquisadora em uma entrevista: *escuta uma coisa, vocês mulheres têm aqui uma visão. Nós, menino que tamos aqui dentro, é outra visão, totalmente diferente. Que estamos uuuurrrrh, como, aquele nervosismo total.*

Ao mesmo tempo, talvez justamente pelo esforço de criar traduções e linguagens em comum, processos que nos obrigam a desnaturalizar o que aparentemente não precisa de explicação, esses encontros possibilitaram uma produção singular, construindo coletivamente um espaço possível onde gênero e sexualidade encontraram lugar em suas vivências cotidianas mais fundamentais, dentro e fora da instituição, começando a serem pensadas em termos de DH.

Deslocamento 2: os especialismos

As unidades do Degase são muito diferentes entre si e possuem funcionamentos distintos, apesar de comporem, todas, o mesmo Sistema Socioeducativo integrante do Sistema de Garantia de Direitos. O processo de realização de cursos em uma unidade específica deu importantes pistas a respeito dos diferentes modos de funcionamento das unidades e colocou em análise os especialismos que circulam e se instauram no Degase, em especial nessa unidade masculina, ao mesmo tempo gerando deslocamentos e produzindo alianças e resistências.

Nesse sentido, cabe lembrar que a pesquisa-intervenção implica um deslocamento, uma provocação – e não um apagamento – das fronteiras entre, por exemplo, Sistema Socioeducativo e Universidade, participantes e pesquisadoras/as, os/as ditos especialistas de gênero e os/as do campo socioeducativo; entre subjetivações, segmentos, estabelecimentos e organizações (DE GARAY HERNÁNDEZ, 2018). As experiências de formação nos fizeram pensar na dimensão educativa da cartografia enquanto pesquisa-intervenção, não no sentido unidirecional que considera, neste caso, as “especialistas de gênero e sexualidade” como detentoras do saber, nem na impossibilidade de existir movimento de abertura ao aprendizado por parte dos/as “especialistas na socioeducação”, mas justamente nos deslocamentos que essa perspectiva político-metodológica propõe.

Em nossa pesquisa, os vínculos singulares que fomos criando com cada segmento de profissionais e com os jovens foram importantíssimos, mas também o foi entender de que forma nosso percurso se relacionava com a complexa logística da unidade, provocando as rígidas territorializações, desnaturalizando hierarquias, estabelecendo relações de cooperação (LEITE, 2014, p.801).

Nesse processo, um fato importante foi o de sermos lidas como psicólogas, uma vez que esta profissão tem um lugar já demarcado no Sistema Socioeducativo. Nas entrevistas individuais que realizávamos, as/os agentes que nos apoiavam na logística perguntavam se íamos *atender* os jovens, expressão usada para o trabalho das equipes técnicas, formadas por profissionais da Psicologia, do Serviço Social e da Pedagogia, focadas na frenética elaboração de relatórios e no acompanhamento das medidas socioeducativas.

Por essa razão, considerávamos importante garantir que os jovens dissociassem as nossas conversas e atividades da elaboração dos relatórios que desenhavam sua experiência de cumprimento de medida. Isso não necessariamente desvinculava a noção de uma Psicologia focada no indivíduo e nos componentes “ocultos” da psique, como podemos perceber na fala de Carlos Iván, jovem negro de 17 anos, quando perguntou a uma de nós se era psicóloga e, diante da resposta afirmativa, disse: *dá pra perceber. A senhora entrou na minha mente.* Parece importante considerar essa implicação, diferente de pesquisadoras/es de outras áreas, tal como a antropóloga Natalia Padovani (2015), cuja presença nas unidades prisionais femininas provocava estranhamento no sentido de as presas não saberem exatamente o que fazia uma antropóloga. Já em nosso caso, o difícil era explicar que nossas atividades não faziam parte das funções clínicas e jurídicas da Psicologia dentro do Degase.

A maioria dos jovens se mostrava curiosa, divertida, interessada e com vontade de participar, partilhar, provocar e perguntar, entendendo que *elas sabem como que é [fazer sexo], mas elas querem saber da nossa boca*, como apontado por Carlos Lorenzo, jovem branco de 17 anos. Em uma atividade de grupo, chegaram a falar que era a *melhor aula que já tivemos*, que *seu trabalho é muito bom* e que poderiam ficar o dia inteiro conversando conosco. Também solicitaram, em várias ocasiões, que os chamássemos de novo. Para os jovens, os nossos encontros eram também uma oportunidade para sair do alojamento, onde se sentem *muito presos e não fazem nada mesmo*. Alguns indagavam sobre nossas vidas, relações e trabalho. Outros expressavam sua visão sobre as suas vidas e contextos para *contribuir para acabar com os preconceitos contra nós, o preconceito contra bandido*, como apontado por Benjamín, jovem branco de 17 anos. Por sua vez, Christian, negro, de 16 anos, disse: *isso aqui [a pesquisa] simplesmente poderia ajudar pra todo mundo saber como que nós tá. Porque ninguém sabe como nós tá. Acha que todo mundo tá bem, mas não tá bem.*

Mesmo considerando os encontros com os jovens extremamente potentes, é importante considerar que nós também fazemos parte do grupo de “ólogas” que Padovani (2015) assinala, que já fazem parte das suas vidas e que os acompanharão ao longo das suas relações com o Estado, muitas vezes sob uma perspectiva disciplinadora. Nas atividades, alguns relatavam ou aparentavam estar com muito sono e/ou medicados e outros expressaram não querer participar ou falar de certos temas, direito que foi garantido. Também percebemos, especialmente nas atividades em grupo, que alguns jovens censuravam outros, especialmente quando falavam questões relacionadas com o tráfico, falando *cala a boca, tu tá falando demais*.

Assim, parece importante não romantizar os nossos encontros, pois apesar de acreditar que a nossa postura era distinta da tradicional na pesquisa universitária, não deixamos de ser

representantes do Estado – neste caso, da universidade – pessoas adultas, não encarceradas, seguindo uma pauta levada por nós. Além de tudo, mesmo explicitando a nossa não participação em relatórios que poderiam ter influência sobre o tempo de execução das medidas socioeducativas, não deixamos de ser lidas como psicólogas, que avaliam e examinam.

No Degase, apesar da resistência de alguns/as profissionais, é comum ver expressões hegemônicas da Psicologia, do Serviço Social e da Pedagogia ratificando práticas de tutela, de domesticação e, portanto, de controle sobre os corpos, bem como produzindo e reproduzindo discursos sobre criminalidade, adolescência e sexualidade que dificilmente potencializam a pluralidade e a garantia de direitos. Nesse sentido, foi muito interessante ouvir as reflexões das/os técnicas/os nos cursos, apontando que precisavam de *mais contato, menos burocracia*, e que nas ações que realizaram como desdobramentos dos cursos na unidade, em que planejavam e executavam ações sobre DSDR com os jovens, tinham conseguido sair da rotina e do teor avaliativo do relatório e percebido a potência de fazer atividades distintas com os jovens, além de provocar momentos de relações mais horizontais.

Uma das ações destacadas durante o momento de criação de estratégias do curso foi o trabalho de um grupo composto por técnicos/as e agentes socioeducativos que propunha ações educativas direcionadas ao momento da recepção de novos jovens na unidade, momento em que podiam estabelecer um diálogo inicial com os jovens, falando sobre o funcionamento da unidade, os direitos que deveriam ser garantidos, inclusive sexuais, via disponibilização de preservativos, e abrindo espaço para aproximações com qualquer profissional. Um elemento interessante desse tipo de experiência é que ela favorece que as fronteiras que delimitam as atividades profissionais não se tornem barreiras para um projeto de socioeducação que vê o jovem como sujeito de direito, na medida em que a presença de profissionais de diferentes segmentos nos grupos de recepção favorece a construção de relações com membros da equipe técnica e dos/as agentes.

Durante as mais variadas atividades realizadas na ESGSE e nas três unidades de internação, os/as profissionais expressaram que haveria uma diferenciação entre um olhar mais *voltado à socioeducação* e outro *para a segurança*. Para os agentes, as técnicas *se acham em outro patamar, acham que somos monstros*. Uma agente socioeducativa expressou que a divisão vem dos dois lados: *o agente tem mais o viés da repressão, enquanto as/os técnicas/os, como a sociedade, tendem a ver os agentes como os maus e os meninos como os bons*. No entanto, como apontado por ela: *tanto tem agente que não gosta de bater quanto tem técnico que não gosta de atender, que só quer atender adolescentes específicos, não gosta de atender meninos muito pobres, muito feios, muito miseráveis*. Também foi expressado que as técnicas *chegam querendo aplicar a formação delas, o que está certo, mas tem que se enquadrar nas medidas socioeducativas, aqui é um lugar*

de disciplina. Chegamos a presenciar, inclusive, um conflito deste teor, onde um agente falou: *você aqui é técnica, quem entende de segurança somos nós.*

O especialismo opera, assim, segregando de forma naturalizada (ROCHA e AGUIAR, 2008) e produzindo saberes específicos que ao mesmo tempo em que disputam entre si, exercem poderes sobre os/as jovens. Desse modo, existe uma série de mecanismos nas unidades que buscam padronizar e despersonalizar tanto jovens quanto profissionais. Ainda, notamos que a noção de socioeducação se constitui como uma dobra entre educação, ressocialização, punição e docilização, em uma “vida institucional” marcada pela “engrenagem desumanizadora”, cuja ineficiência e relações “completam um ciclo de estagnação do próprio sistema” (ASSIS, 1999, p.15).

Nesse sentido, focando no gênero e na sexualidade e considerando todos os seus atravessamentos, a nossa proposta de pesquisa-intervenção era trabalhar a singularização como constituição de uma experiência. Buscamos, a partir das nossas ações com os profissionais e os jovens, potencializar o diálogo entre os segmentos que, apesar de reafirmarem a divisão entre eles, reconheceram parcerias possíveis, bem como deslocamentos nesses/desses lugares cristalizados.

Deslocamento 3: os agentes socioeducativos e as performatividades masculinas

Apesar de existir uma diversidade de funções no cargo de agente socioeducativo/a - também atravessadas por gênero[6], de forma geral eles/as

são responsáveis pelos procedimentos de segurança, vigilância, ordem e disciplina nas unidades para a prevenção das situações-limite (brigas, rebeliões, fugas, incêndios, agressões) e pelas ações de contenção, em casos excepcionais, quando tais medidas mostrarem-se ineficazes. Devem também, como o próprio nome diz, exercer um papel socioeducativo e pedagógico na relação com os adolescentes internados, contribuindo para seu desenvolvimento durante sua passagem pelo DEGASE (VINUTO; ABREU; GONÇALVES, 2017, p.58).

Os agentes homens são chamados pelos/as jovens de *funcionário* ou *seu*, e em ocasiões específicas se referem a eles pelas costas como *vermes*, termo geralmente utilizado na linguagem das facções para designar policiais, indicando a comparação entre policiais e agentes na experiência dos jovens, que inclui uma construção performática do inimigo. Por sua vez, nos agentes uma série de performatividades masculinas são acionadas. Existem os *truculentos*, figura repressora e massacrante, mas também os *pão-doces*, que assumem uma postura de mais diálogo. É também comum ouvir que as coisas têm mudado ao longo dos anos: alguns profissionais disseram que o fato de os agentes deixarem de ser tão *truculentos* tinha melhorado a relação deles

com os jovens, enquanto outros apontaram que o relaxamento da postura dos agentes tem possibilitado que a segurança não seja mais uma prioridade, vulnerabilizando a unidade.

Assim, o poder é acionado nos discursos e práticas, tanto em sua dimensão repressiva quanto em sua dimensão produtiva. Em palavras de um diretor da unidade, a linha de trabalho com os agentes, no contexto do *novo paradigma* do Degase, tem três pilares: *a postura que tem que ter com os adolescentes para eles respeitarem, o equilíbrio para não se deixar enfurecer e saber se comportar como referência para os adolescentes*. Nesse sentido, durante os nossos cursos escutamos várias falas de aproximações de alguns agentes com jovens, onde estes pediam conselhos àqueles. Um agente também relatou ter mudado bastante de perspectiva, buscando atualmente um maior diálogo com os jovens.

A “dupla demanda conter-educar”, “localizada entre a necessidade de punir e de recuperar” (VINUTO; ABREO; GONÇALVES, 2017, p. 60), atravessa o trabalho dos agentes. A função de *cão de guarda* se fixa no cotidiano, com poucas oportunidades de propor iniciativas e delimitando um único lugar para eles, policialesco e punitivo, sem outro tipo de reconhecimento, e fazendo-os sofrer também um “controle rigoroso do sistema” (ZACCONE, 2011, p.28). Assim, muitos agentes parecem ter uma dificuldade em desconstruir este lugar e participar da socioeducação de um outro lugar, afirmando-se como *nós, do cadeado*, lugar que se firma inclusive nos horários de trabalho, pois, como eles apontam, após as 17h, quando as/os técnicas/os encerram o expediente, o Degase *vira cadeia*.

Alguns, no entanto, tem conseguido desenvolver oficinas de hortas e de pipa, com desdobramentos interessantes para os jovens, no sentido de uma socioeducação sensível, propositiva e voltada para o dia a dia das unidades. Através dessas atividades, os agentes responsáveis conseguem construir relações de confiança, compromisso, aprendizado e autonomia com os jovens, o que gera uma série de emoções positivas neles e em outras pessoas das unidades, incluindo os jovens. Contudo, existe uma dificuldade de dar continuidade a essas ações, diante da hiperlotação e da precarização das unidades que demandam atenção dos agentes em outras tarefas. Esses dois fatores se articulam para fragilizar iniciativas importantes e fazem com que os jovens fiquem mais tempo nos alojamentos e os profissionais nas tarefas burocráticas, minando a possibilidade de uma outra socioeducação e afetando o trabalho e a saúde dos próprios agentes (VINUTO; ABREO; GONÇALVES, 2017).

Apesar de uma certa diversidade de performatividades e de relações estabelecidas entre agentes e jovens, a cisheteronormatividade[7] é preponderante e a grande maioria dos agentes zelam por ela em seus diversos estilos. Como operacionalização das masculinidades, ela é recorrentemente naturalizada, o que nas unidades masculinas gera uma série de curtos circuitos ao

revelar suas nuances e fissuras – o que vimos na reação de surpresa de um grupo de agentes ao relatar que tinham visto *dois chefinhos do tráfico dormindo de conchinha*, ou ao falarem que a proposta de que jovens gays recebessem visita íntima fazia *um nó na cabeça*. Vários agentes constantemente relataram sua reprovação diante das demonstrações de afeto e erotismo entre os jovens dizendo que *a prática do homossexualismo (sic) é depravada, ou não concordo, sou conservador, eles têm que se segurar aqui dentro, lá fora tem tanta menina!* e que *eles ficam sem coisas muito mais importantes*. Também relataram ter separado jovens engajados em práticas eróticas ao dizer *que isso?, que viadagem é essa?* Um jovem também disse: *ah, dona., vou falar uma coisa: quando aconteceu esse negócio de eu ser abusado[8] aqui, tem uns funcionário que ficaram me criticando aí, falando que eu dou o cú, que isto e aquilo. Ficam falando pra todo mundo escutar!*

Por outro lado, os agentes também apontaram serem *cobrados* para tomarem uma atitude frente a fatos que não são considerados *normais*, tais como ter dois jovens se relacionando entre si. Como apontado por Santos e Nardi (2014, p.943) ao se referirem ao Sistema Prisional,

tanto os presos como os agentes penitenciários estão expostos a reiterarem os padrões heteronormativos de masculinidades como forma de sobrevivência perante as contingências locais da prisão. Qualquer sinal de fragilidade ou qualquer outro atributo que não cole ao regime de masculinidade imposto pode trazer graves consequências, como a humilhação ou mesmo a morte.

Vemos assim uma dimensão da disputa de performatividades masculinas que acontece em espaços de privação de liberdade (DE GARAY HERNÁNDEZ, 2018) e que outorga e naturaliza a responsabilidade de *botar ordem na casa* frente a algo que fere a masculinidade de todos (KAUFFMAN, 1997), criando um território comum entre homens, como apontado por um agente em um dos cursos: *às vezes falamos para os adolescentes: “você é sujeito homem, eu também sou sujeito homem”, para moralizá-los.*

Deste modo, inclusive quando alguns jovens conseguem furar os códigos cisheteronormativos entre eles e se relacionam afetiva e sexualmente, eles são orientados a não exibir práticas eróticas/afetivas na frente de agentes por *respeito* a eles. Um diretor de unidade disse que, apesar de ter muito preconceito entre os agentes, para eles, diretores, não havia problema dos jovens se relacionarem, mas que eles tinham que pensar *na questão da segurança, da higiene, do respeito e da preservação*. Alguns agentes afirmaram que, para eles, é melhor que as práticas fiquem mesmo escondidas e silenciadas, o que, como confirmamos durante o curso, seria impossível no caso da distribuição do preservativo. Emiliano, jovem negro de 19 anos, evidenciando a relevância da noção de *respeito*, apontou: *tipo assim, só não pode deixar o agente*

pegar, senão vai falar que é falta de respeito com ele, aí vai querer agredir nós, aí vai fazer vários negócios.

Escutamos outras falas nesse sentido, solicitando que o contato entre dois homens fosse contido e sugerindo que as normas do tráfico que proíbem essa prática eram, nesse tema, algo positivo a ser ratificado pela instituição. Desse modo, vemos de que forma o Sistema Socioeducativo, que pretende desmontar o *bandido*, ratifica, ao mesmo tempo, a cisheteronormatividade como parte fundamental do agenciamento dominante da masculinidade.

Nesse contexto, o gênero e a sexualidade enquanto dispositivos de controle no Degase impedem que na instituição se aborde o tema dos DSDR, pois se como inicialmente nos foi falado, os jovens não falam sobre sexo com as técnicas, e pelo visto, tampouco com muitos agentes, limitam-se as possibilidades de diálogo e, portanto, de transformação nesse sentido. O que parece importante é que além de tentar desnaturalizar as rigidezes das relações de gênero entre jovens e profissionais, se promova uma sensibilidade de todos/as eles/as (NASCIMENTO; SEGUNDO; BARKER, 2011), para que os jovens se aproximem de quem eles desejam e suas necessidades sejam escutadas e encaminhadas.

Apesar desse duro contexto, algumas brechas foram visíveis na pesquisa. Nos cursos, profissionais apontaram que os agentes socioeducativos, por serem as pessoas que mais convivem com os jovens, são muitas vezes os que percebem, escutam, reportam e até podem agir em problemas de saúde e violência dos jovens, exercitando potencialmente uma função de cuidado e tornando-os, como apontou uma profissional de saúde, *ponta na linha do cuidado*, o que visibiliza outras dimensões que compõem e contrapõem espectros diversos de performatividades.

Nesse sentido, os agentes que participaram do curso realizado na unidade masculina apontaram ter gostado e se sentido beneficiados a partir dos seus desdobramentos, tais como o trabalho já mencionado no momento de recepção na unidade em que também se tocavam questões relacionadas a gênero e sexualidade. Eles conseguiram, assim, exercitar outro tipo de relações com os jovens, ao estabelecer um diálogo distinto com eles para além das cumplicidades, disputas e violências masculinas, nos quais as opiniões deles eram escutadas pelos jovens. Outros agentes percebiam que esses contatos podiam não ficar restritos à equipe técnica e desta forma seria possível desestabilizar a operacionalização e defesa da dinâmica defensiva do “cinismo viril” (VINUTO; ABREO; GONÇALVES, 2017).

Ainda, foi muito interessante escutar o processo de um agente de plantão que quis participar do curso justamente para se apropriar de mais elementos sobre a temática e de ferramentas para se aproximar dos jovens, pois mesmo percebendo que alguns jovens estavam vivenciando processos importantes, quase sempre violentos, relacionados a essa temática, ele não

sabia como os abordar sem parecer que estava querendo constrangê-los. Depois do curso, ele relatou ter desenvolvido mais confiança para tocar nesses temas e conseguiu criar estratégias próprias para se aproximar dos jovens de modo que eles se abrissem, não tendo que, necessariamente, encaminhar o caso para as técnicas e recebendo o agradecimento dos jovens que, naquele momento, precisavam de um apoio que outro/a profissional poderia não ter percebido. Ele concluiu que a sensibilidade é fundamental para seu exercício profissional.

Deslocamento 4: a família estruturada

Nos discursos que circulam sobre e dentro do Degase é possível perceber uma lógica em que as famílias dos/as jovens, especialmente as mães, que tendem a ser as mais presentes nos processos de cumprimento da medida socioeducativa, e as únicas reconhecidas simbolicamente, são frequentemente consideradas as principais responsáveis pela forma como os/as jovens vivem suas vidas. Escutamos, inclusive, falas que as julgavam por serem beneficiárias irresponsáveis ou de políticas públicas de diminuição de desigualdade social, ou dos lucros financeiros dos jovens envolvidos nas facções do tráfico.

Esses discursos, que apesar de intensos não são homogêneos e chegam a ser contestados por outras/os profissionais, muitas vezes consideram uma certa *liberdade excessiva da mulher* como provocadora de um enfraquecimento da estrutura e da educação familiar, enunciada como uma ausência do entendimento do *respeito* a superiores.

A noção de “família desestruturada”, conceito de caráter disciplinador, ocupa aqui um espaço importante e é utilizado inclusive em levantamentos oficiais, tais como o “Panorama Nacional: a execução das medidas socioeducativas de internação” (CNJ, 2012). Segundo Assis (1999, p. 41),

devemos atentar para a existência de especificidades decorrentes da hegemonia cultural, lembrando que o construto-padrão mais aceito pela sociedade é o da classe média. Infelizmente não há referências às famílias de classes populares que não sejam estigmatizadoras, sendo essas comumente denominadas desestruturadas ou desajustadas

Cabe ainda pensar, tal como apontado por uma militante do movimento de mães de vítimas de violência de Estado, em uma entrevista realizada em 2015, que *as nossas famílias não são naturalmente desestruturadas, o Estado que as desestrutura quando mata e encarcera os nossos companheiros e os nossos filhos e nos adoce até a morte*. Há uma perspectiva institucional e que é apropriada pelos diversos segmentos profissionais que não contempla estes processos sociopolíticos solidificados em violências racistas, machistas e elitistas, criminalizando as famílias não apenas no sentido concreto da penalização, violando seus direitos, mas como um projeto disciplinador no qual o Degase se apresenta como a instituição que resolverá essas falhas

familiares, corrigindo os sujeitos (SCISLESKI, et. al., 2014) que provêm dessa *criação deformada* que faz com que os/as jovens *cheguem tortos e a gente* [profissionais do Degase] *tenta alinhar*.

Diante deste cenário, é interessante destacar o trabalho realizado na Semana do Bebê, iniciativa de alguns/as profissionais do Degase que busca trabalhar a construção de paternidades e maternidades com os/as jovens do Degase que têm filhos/as. O objetivo é exercitar outros significados e vínculos de parentalidade. Nos parece que esta pode ser uma semente para começar a desestabilizar algumas noções cristalizadas a respeito de família. Assim, ao sermos convidadas a participar dessa atividade, tentamos fugir de um formato de palestra inicialmente solicitado e realizamos, em uma das unidades masculinas e na feminina, uma atividade na qual as/os jovens montavam a própria árvore genealógica.

Nesse exercício, observamos as/os jovens discutindo e se surpreendendo com a variedade de árvores. Pensando na relação de paternidade como uma forma de *referência*, os jovens da unidade masculina foram percebendo a diversidade das suas trajetórias. Enquanto um jovem falava *meu pai morreu e a minha mãe ficou presa 10 anos, se eu seguisse a minha mãe, estaria pior do que estou*, outro falava que se seguisse o exemplo dos/as progenitores/as, identificados como *trabalhadores*, ele *nem estaria aqui*. O que parece importante nesta discussão é vislumbrar que as trajetórias dos/as jovens e suas famílias, mesmo perpassadas por experiências comuns tais como a sobrerresponsabilização das mulheres na manutenção dos laços familiares, a desigualdade social, a seletividade penal e a violência racista da cidade, também são múltiplas e singulares, o que não significa que as problemáticas sejam individuais e nem tampouco que a família seja a única instituição que constitui as nossas existências - portanto, que a suposta “família desestruturada” não pode ser naturalizada e tampouco considerada a origem das trajetórias na chamada *vida do crime*.

Nesse sentido, fizemos essa atividade também com profissionais, em um dos cursos na unidade. Nele, eles/as também perceberam a multiplicidade de configurações e trajetórias familiares nas próprias experiências, possibilitando uma abertura para a diversidade e o questionamento à família tradicional, sustentada por noções burguesas, machistas e cisheteronormativas. O deslocamento de olhar para as próprias famílias e não apenas para as dos/as jovens permitiu vislumbrar uma perspectiva de busca coletiva de relações igualitárias, responsáveis, justas e livres, considerando-as como direitos das/os jovens.

Conclusões - Deslocamento 5: o DEGASE como lugar de garantia dos DSDR

Conforme apontado por uma gestora, a perspectiva da *linha do cuidado* expressa uma das mudanças de paradigma do Sistema Socioeducativo atual, tendo como um dos focos a educação em saúde, com os eixos principais: saúde mental, saúde sexual e reprodutiva, cuidados integrais e saúde bucal. Dessa forma, a possibilidade de dar continuidade à garantia desses direitos para os/as jovens egressos do Sistema foi apontada como uma preocupação de profissionais, incluindo agentes socioeducativos. Essa perspectiva inclui o atendimento de jovens vivendo com HIV e outras ISTs, desafios para o Sistema, que enfrenta deficiências para garantir testagens, vacinas e tratamentos por conta da precariedade dos municípios – implicando tempos, burocracias e negligências -, e também abre espaço para pensar a sexualidade de uma forma mais ampla. Como apontado por Malvasi (2011, p.160):

A aposta nas medidas socioeducativas como um mecanismo de proteção e promoção é um grande desafio para a gestão da política de direitos ao adolescente e para uma pedagogia emancipatória. Como será possível levar a cabo o projeto de uma “pedagogia da presença” em um cenário de serviços burocráticos em que o ideal da punição se sobressai?

Apesar do contexto de burocratização, precariedade e violência, é relevante a fala de uma docente que participou do primeiro curso, ao perceber a resistência de alguns/as colegas para trabalhar essas questões: *quem não assume essas discussões está perdendo a oportunidade como socioeducador, de preparar um menino para viver em sociedade*. Nesse sentido, um foco fundamental na nossa pesquisa-intervenção foi reafirmar o Degase como um espaço para a garantia dos direitos, incluindo os DSDR.

Várias/os profissionais afirmam que as condições do estabelecimento – no sentido de garantia do direito à educação e saúde e cidadania -, assim como a atitude dos jovens e dos/as próprios/as profissionais, têm mudado e melhorado, possibilitando diálogos que antes eram impossíveis. Um diretor apontou que *o Degase é um ponto estratégico de políticas públicas, porque acaba garantindo um lugar social para esses jovens, mesmo isso não sendo a situação ideal*. Por sua vez, uma profissional frisou não só a garantia, mas a educação sobre os direitos, o que, na experiência dela, muitas vezes também acontece apenas com a chegada do/a jovem ao Degase.

No entanto, como percebemos nas atividades com profissionais, frisar nos DSDR como direitos a serem garantidos no Degase muitas vezes inquietava nossos/as interlocutores/as, causando até mesmo indignação. Éramos frequentemente interpeladas sobre a importância dessas discussões diante de uma realidade onde *falta vaso sanitário e papel higiênico para os adolescentes*. Gênero e sexualidade, embora atravessassem e até mesmo organizassem a instituição, apareciam como atributos de luxo.

Muitas vezes, as temáticas simplesmente não eram percebidas como temáticas pertinentes ao cotidiano institucional, salvo se vinculadas a questões tomadas como de saúde pública, como prevenção de IST/HIV/Aids ou de gravidez na adolescência. Nos perguntávamos a todo o tempo como lograr êxito em fazer com que esses temas se tornassem importantes para além do enfoque saúde-doença, prevenção-intervenção e DH apenas quando vinculado a saúde sexual e/ou saúde reprodutiva - questionamentos que partilhamos com a ESGSE e com a gestão e equipes das unidades, onde, de diversas maneiras, encontramos eco, seja em angústias, seja em propostas para novas atividades no futuro para seguir investindo nessas temáticas conjuntamente.

O curso que teve como objetivo principal e concreto a implementação do preservativo, promoveu a possibilidade de pensar esse direito sexual como ponto de partida, e não como objetivo inalcançável, para pensar as tensões, moralidades e códigos relacionados a gênero e sexualidade. A ideia da disponibilização desse método de prevenção trazia à tona os outros deslocamentos apresentados neste texto. Primeiramente, mais uma vez o nosso lugar como pessoas *de fora* foi colocado, gerando grandes desafios para pensar estratégias tanto com profissionais e gestores quanto com o grupo de jovens multiplicadores. Incitando a elaboração de estratégias em conjunto e desnaturalizando noções pré-estabelecidas, participamos apenas como facilitadoras dessa elaboração, sem propor soluções que parecessem alheias ao cotidiano da unidade.

Igualmente, ao promover grupos de trabalho compostos por pessoas de diversos segmentos, conseguimos instigar a discussão das funções de cada segmento de profissionais no desafio institucional proposto. Como e através de quem essa disponibilização aconteceria foi um disparador para pensar os especialismos. Especificamente falando dos agentes socioeducativos, a forma em que oferecer camisinha mexeria com as performatividades masculinas sustentadas na unidade foi um importante analisador, produzindo algumas reflexões e propostas interessantes, como as já apontadas. Por último, como assinalado por um dos jovens multiplicadores, disponibilizar a camisinha seria uma boa oportunidade para realizar cursos e atividades sobre seu uso, o que seria útil não apenas para quem a usasse dentro da unidade, mas para quem a fosse usar depois de sair do Sistema, com suas/seus parceiras/os sexuais. Ou seja, ensinar a usar e falar sobre sua importância implicaria os jovens no exercício dos seus DSDR e os de suas/seus companheiras/os, desconstruindo, por exemplo, a permanente responsabilidade atribuída às mulheres que escutamos ao longo da pesquisa. As práticas de cuidado pessoal e o planejamento familiar teriam, nessas ações, um interessante disparador.

Dessa forma, a pesquisa-intervenção nos ofereceu a oportunidade de propor, junto com as nossas parcerias, alguns deslocamentos que contribuíssem com a efetivação de uma socioeducação – e uma educação – que busque implicar instituições, profissionais, jovens e sociedade em geral

na garantia dos DH desses jovens, em que o *respeito* não esteja associado à inquestionabilidade de relações hierárquicas e duras, mas ao cuidado e à potencialidade do próprio corpo e ao das outras pessoas; à liberdade de viver sem violência e opressão, ao senso crítico que busque a igualdade e a autonomia.

Notas

- [1] As ações incluíram montagem de peças teatrais, elaboração de zine, rodas de conversa e de leitura, cineclubes, dentre outras.
- [2] A Secretaria também se mostrou interessada na articulação, diante da grande dificuldade ao longo dos anos para chegar a esse espaço.
- [3] Ao longo do texto, as expressões e falas das e dos participantes da pesquisa, sejam jovens em privação de liberdade ou profissionais, serão colocadas em itálicas.
- [4] Os nomes utilizados são fictícios.
- [5] Apesar das equipes “de medida” serem o centro das equipes técnicas e estarem compostas apenas por profissionais dessas três áreas, profissionais de outras áreas compõem as equipes de saúde, saúde mental ou desenvolvem outras atividades de forma cotidiana nas unidades e participaram da nossa pesquisa: nutricionista, psiquiatra, técnica em enfermagem, enfermeira, bibliotecária, dentista, terapeuta ocupacional, dentre outras.
- [6] Há agentes “de plantão”, que cuidam diretamente dos alojamentos; agentes na “mesa” ou no “livro”, majoritariamente mulheres, que desempenham as funções de registrar, organizar e autorizar os movimentos logísticos das unidades; e agentes dedicados/as à logística e segurança das atividades escolares ou das equipes de saúde mental e integral, geralmente considerados *mais tranquilos*.
- [7] Matriz normativa e hierárquica que instaura e naturaliza uma concordância entre sexo, gênero e orientação sexual.
- [8] O jovem relatou ter sofrido violência sexual por parte de outros jovens no alojamento.

Referências

- ABDALLA, J.de.F. *Poder, Estado e adolescentes envolvidos em atos ilícitos*. In: Abdalla, J. de F. S.; Pereira, M.B.B.de A.; Gonçalves, T.M.T. (Org.). *Ações Socioeducativas: Estudos e Pesquisas*. Rio de Janeiro: DEGASE, 2016, p. 23-44.
- ASSIS, S. *Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.
- BENET, M., MERHY, E. e PLA, M. *Devenir cartógrafa*. *Athenea Digital*. v. 16, n.3, p.229-243, 2016.
- BICALHO, P., ROSSOTTI, B., e REISHOFFER, J. *A pesquisa em instituições de preservação da ordem*. *Rev. Polis e Psique*. v.6, n.1, p.85–97. 2016.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. *Panorama nacional: a execução das medidas socioeducativas de internação*. Brasília: CNJ, 2012

D'ANGELO, Luisa. *Entre “sujeita-mulher” e “mulher de bandido”: produções de feminilidades em contexto de privação de liberdade*. 210f. 154f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017

D'ANGELO, L. e DE GARAY HERNÁNDEZ, J. *Sexualidade, um direito (secundário)? Atravessamentos entre sexualidade, socioeducação e punição*. *Revista PLURAL*, v.24.1, p.78-104, 2017.

DE GARAY HERNÁNDEZ, Jimena. *O Adolescente dobrado: cartografia feminista de uma unidade masculina do Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2018.

DELEUZE, G. *Conversações*. Tradução de Peter Pal Pelbart. São Paulo: Editora 34. 2008.

DOS SANTOS, H. e NARDI, H. *Masculinidades: entre matar e morrer: o que a saúde tem a ver com isso?* *Physis Revista de Saúde Coletiva*, v. 24, n. 3, p. 931-949, 2014.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

KASTRUP, V e PASSOS, E. *Cartografar é traçar um plano comum*. *Fractal, Rev. Psicol.*, v.25, n.2, p.263-280, 2013.

KAUFMAN, M. *The Construction of masculinity and the triad of men's violence*. In KIMMEL, Michael; MESSNER, Michael. *Men's lives*. 4. ed. Estados Unidos: Allyn and Bacon. 1997. p.4-17

LEITE, V. *A sexualidade adolescente a partir de percepções de formuladores de políticas públicas: refletindo o ideário dos adolescentes sujeitos de direitos*. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 89-103, 2012

LEITE, M. *Cartografar (n)a prisão*. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 14, n. 3, p. 795-813. 2014.

LOURO, G. L.. *Gênero, Sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas*. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.46, p.201-218, dez, 2007.

MALVASI, P. *Entre a Frieza, o Cálculo e a “Vida Loka”*: violência e sofrimento no trajeto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. *Saúde Soc.*, v.20, n.1, p.156-170, 2011.

NASCIMENTO, M., SEGUNDO, M. e BARKER, G. *Reflexões sobre a saúde dos homens jovens: uma articulação entre juventude, masculinidade e exclusão social*. In: GOMES, R., org. *Saúde do homem em debate*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, p. 111-128

NUNES, A.P.C.P. Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes: a pintura de um novo quadro. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PADOVANI, N. *Sobre casos e casamentos: Afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2015.

PASSOS, E. e KASTRUP, V. *Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos*. *Fractal, Rev. Psicol.* 2013, v.25, n.2, p.391-413

SCISLESKI, A., et. al. *Medida Socioeducativa de Internação: dos Corpos Dóceis às Vidas Nuas*. *Psicologia: ciência e profissão*, v.34, n.3, p. 660-675, 2014.

SEFFNER, F. e PASSOS, A. *Uma galeria para travestis, gays e seus maridos: Forças discursivas na geração de um acontecimento prisional*. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 23, p.140-161, 2016

VINUTO, J., ABREO, L. e GONÇALVES, H. *No fio da navalha: efeitos da masculinidade e virilidade no trabalho de agentes socioeducativos*. *Revista PLURAL*, v.24, n.1, p.54-77, 2017

ZACCONE, Orlando. *Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Revan. 2011.